

06/10/00
16/3/98 8
297

AMAZÔNIA DEVASTADA: Presidente do Ibama admite que não vê com bons olhos a vinda de empresas asiáticas para a região

Malaios preparam a ofensiva no Brasil

Fato de uma mesma área ser reivindicada por até cinco supostos donos assusta multinacionais da exploração da madeira

Chico Otavio e Vannildo Mendes

MANAUS e BELÉM. No calor abafado do galpão da fábrica de compensados Amaplac, em Manaus, o técnico Lao Lee Sing gesticula para um grupo de operários, tentando mostrar alguma coisa. É inútil. Os brasileiros não compreendem e continuam trabalhando à sua maneira. Eles ainda não se convenceram de que o homem de olhos puxados e nome estranho veio para ficar. Apesar da barreira do idioma e da desconfiança geral, Lao e outros cinco compatriotas se esforçam para cumprir a sua tarefa: mudar a rotina da empresa para aumentar a produtividade.

Para quem veio de um país que foi eleito pelos ambientalistas o símbolo da destruição das florestas tropicais, a aparência de Lao decepciona. Seu rosto largo e sorridente está longe de lembrar o de um "vampiro da madeira". Embora proibido pelos chefes de dar entrevistas, ele se deixou fotografar ao lado dos operários brasileiros, em mais um dia de esforço para mostrar aos novos colegas por que a Malásia está no topo da lista dos maiores produtores de madeira tropical do planeta.

Situação fundiária na Amazônia surpreende os asiáticos

Três anos após escolher o Brasil como uma das bases para a expansão de seus negócios pelo mundo, as madeireiras asiáticas estão percebendo que a Amazônia não é bem o paraíso tropical que esperavam. No Amazonas, além das marcantes diferenças culturais, as empresas malaias enfrentam a marcação cerrada dos fiscais ambientais e a confusa organização fundiária do estado, onde uma mesma área chega a ser reivindicada por até cinco donos diferentes.

De acordo com a comissão da Câmara dos Deputados que investigou as madeireiras asiáticas, três importantes grupos malaios estão atuando no Brasil: a Samling, que controla a Amazonas Compensados e Laminados S/A (Aincol), no Pará; a Rimbunan Hijau, que criou a holding Verde Vivo S/A para administrar as madeireiras Selvapac Indústria e Comércio e Maginco Madeira Araguaia, também no Pará; e a WTK, dona da Amaplac (AM). O relatório informa ainda que um quarto conglomerado malaio, a KTS, estaria assumindo o controle da Carolina Indústria e Comércio de Madeiras Tropicais, no Amazonas, mas os gerentes locais não confirmam o negócio.

Malaios compraram barato madeiras nacionais falidas

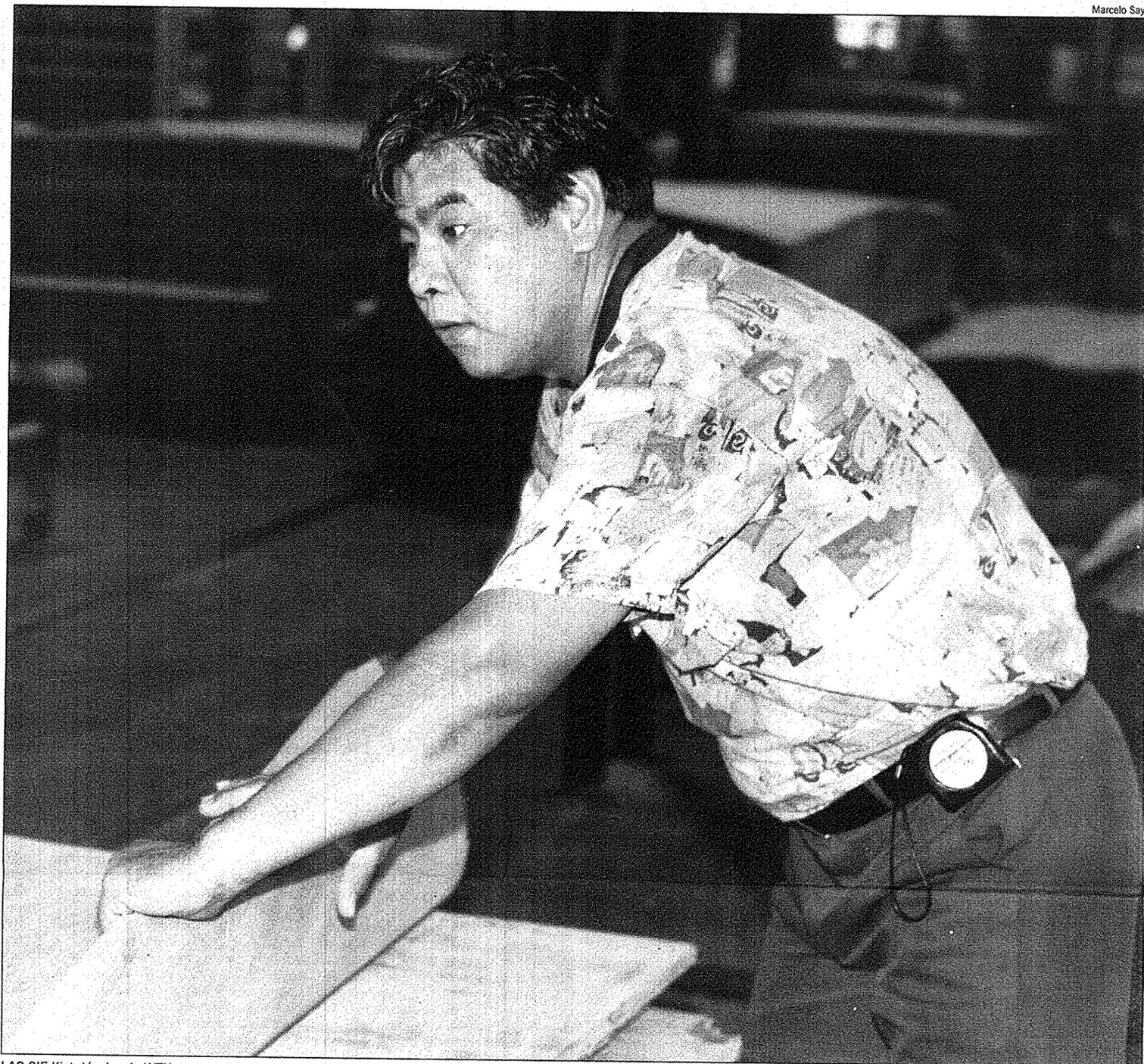
Entrar na floresta amazônica não foi difícil. Em vez de montar suas próprias plantas industriais, os malaios optaram por adquirir a baixo preço serrarias praticamente falidas. Numa segunda etapa, começaram a adquirir terras para extrair madeira, mas não conseguiram ir muito longe. Segundo, a comissão, as áreas somadas não ultrapassam 1,5 milhão de hectares, o que ainda é pouco para garantir uma produção em larga escala para a exportação, como querem.

Surpreendidos num primeiro momento, os fiscais do Ibama só começaram a agir tempos depois, quando organizações ambientais no Brasil e no exterior denunciaram ao mundo a presença de madeireiras malaias na região. A partir daí, a movimentação de madeira nos pátios das empresas passou a ser controlada com mais rigor.

O Ibama está querendo mudar as coisas por aqui de forma muito radical — reclama o libanês George Amal Abochahla, gerente da Amaplac.

Segundo ele, o aperto da fiscalização do Ibama e a crise financeira que afetou a Ásia no ano passado, adiaram os planos da WTK de ampliação de seu negócio no Brasil.

Além de controlar a Amaplac, o grupo malaio é dono de uma área de 300 mil hectares no Rio Juruá, no Amazonas, mas sem ter obtido licença ainda não pode tirar um metro cúbico de madeira



LAO SIE Kiat, técnico da WTK, uma multinacional da Malásia que comprou a brasileira Amaplac e instalou-se em Manaus, mostra uma peça de madeira no galpão da empresa, na Amazônia

do local. Em sua fábrica, produz 1.700 metros cúbicos de laminados por mês. George explica que a madeira beneficiada pela empresa vem de fornecedores com planos de manejo aprovados pelo Ibama e de toras que ainda restam no estoque. Os fiscais, contudo, têm dúvidas e prometem fiscalizar toda a papelada.

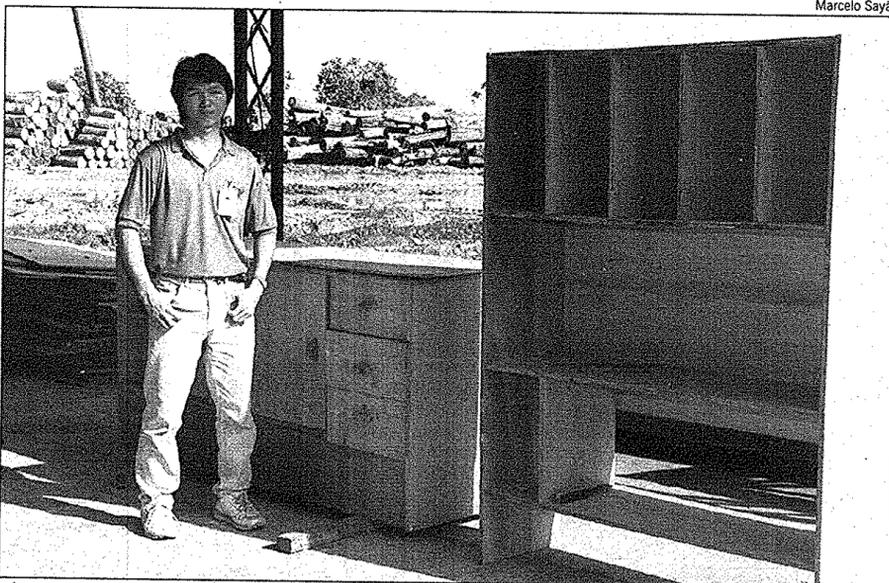
— Vai ser marcação corpo-a-corpo — promete o chefe da Fiscalização do Ibama, Rodolfo Lobo da Costa.

Ele garante que os malaios, hoje, estão quase parados na Amazônia porque as confusões sobre títulos de propriedade na região travou sua voracidade pelas florestas locais. O momento seria ainda de adaptação.

Metade de área que seria comprada passou para a Funai

As dificuldades são confirmadas pelo engenheiro florestal americano Richard Bruce, autor de vários planos de manejo para empresas estrangeiras que atuam no Amazonas. Segundo ele, a idéia inicial da WTK era de adquirir 1,2 milhão de hectares. O negócio chegou a ser acertado com o proprietário de uma área com essa dimensão, Mário Moraes, mas quando o contrato estava para ser assinado, descobriu-se que Moraes havia perdido metade da área para a Funai e outros 300 mil hectares estavam sendo reivindicados por supostos donos.

De propriedade comprovada só restaram 300 mil hectares, que acabaram comprados pela WTK. Bruce garante que esse tipo de problema também dificultou a chegada de outro peso-pesado da Malásia, o grupo KTS, que há oito meses negociava a cessão de um terreno de 80 hectares da Prefeitura de Itacoatiara (AM), para instalar uma fábrica. Quando tudo ia bem, os malaios foram informa-



TÉCNICO DE EMPRESA malaia instalada na Amazônia posa para foto. Ao fundo, toras de madeira empilhadas

dos de que precisariam ter a autorização do Governo estadual.

Convencido — como já disse ao GLOBO — de que é melhor preservar sua imagem política do que incentivar os investimentos malaios no seu estado, o governador Amazonino Mendes (PFL) orientou seus assessores a agir com firmeza. Resultado: até hoje, a autorização não saiu.

No Pará, as pressões também esfriam os planos dos malaios. A multinacional de origem malaia Rimbunan Hijau, que assumiu o controle no ano passado, por meio de *joint venture*, das empresas madeireiras Selvapac e Maginco, que estavam à beira da falência, queria começar a produzir logo. Já investiu cerca de R\$ 25 milhões nas duas madeireiras, sobretudo em modernização do parque industrial, mas o diretor-

executivo da Maginco, Sérgio Mezares, informou que, diante da pressão avassaladora, nacional e internacional, a empresa levou de volta seus executivos e adiou os planos de funcionamento até junho, quando começa a nova safra madeireira.

Até lá, eles esperam que os ânimos estejam serenados. A Maginco está investindo R\$ 12 milhões em modernização e treinando 600 empregados para o início das atividades. Enquanto a operação não começa, a multinacional recorreu, para remover os embargos políticos e legais, ao experiente advogado Aldebaro Baim Klautau, um conhecido lobista das madeireiras na Amazônia. Klautau gaba-se de que nunca um cliente seu pagou um centavo sequer de multa ao Ibama. Orgulha-se de ter sempre conseguido anu-

lar na Justiça as autuações contra madeireiras.

Klautau afirma que os madeireiros, o segundo setor mais importante da pauta de exportações da Amazônia, são alvo de uma campanha equivocada, para ele "um resquício ideológico do marxismo-leninismo". Com relação às madeireiras asiáticas, Klautau diz que as acusações são de um lado ingênuas e de outro desonestas, "formando uma tragicomédia".

— Os malaios são bem comportados, exploram a madeira com o melhor tipo de manejo e o Brasil deveria imitar seus métodos — garantiu o advogado.

Para Klautau, a campanha contra a vinda dos asiáticos é "fruto da histeria dos ambientalistas radicais", e da ingenuidade dos que seguem modismos.

— São todos áulicos subservientes aos interesses estrangeiros — acusou.

Para ele, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) estaria por trás das pressões, orquestrando o que chama de campanha mentirosa contra os malaios e asiáticos. Klautau acha que os maiores culpados pela devastação da floresta são os sem-terra "abandonados pelo poder público e obrigados a fazer culturas de subsistência com danos ambientais".

— O Governo é o maior culpado porque funciona à base do medo e da tolerância covarde, agindo com permissividade com os sem-terra, e dobrando-se a campanhas difamatórias como esta contra os asiáticos.

Embaixador da Malásia defende madeiras no Congresso

A rejeição às empresas de seu país mobiliza a embaixada da Malásia. No ano passado, o então embaixador Dato'Zainal Zain, compareceu a uma sessão da Comissão Externa, no Congresso, para garantir que seus compatriotas pretendem cumprir as leis brasileiras. Segundo ele, as informações sobre a devastação das florestas tropicais em seu país eram "tendenciosas e unilaterais" e fariam parte de uma tática de intimidação dos ambientalistas, para motivar a pressão internacional contra as empresas que exploram a madeira.

O discurso do embaixador não fez o Governo baixar a guarda. Para o presidente do Ibama, Eduardo Martins, os malaios, ainda que parados, representam uma ameaça potencial para a Amazônia. Ele disse que, para o Governo brasileiro, não é confortável que as empresas asiáticas adquiram grandes áreas na Região Norte.

— Faremos tudo para impedir isso — garantiu ele. ■

Marcelo Sayão

Marcelo Sayão